



Boletim de Indicadores do COMÉRCIO

Maio de 2017 – número 9

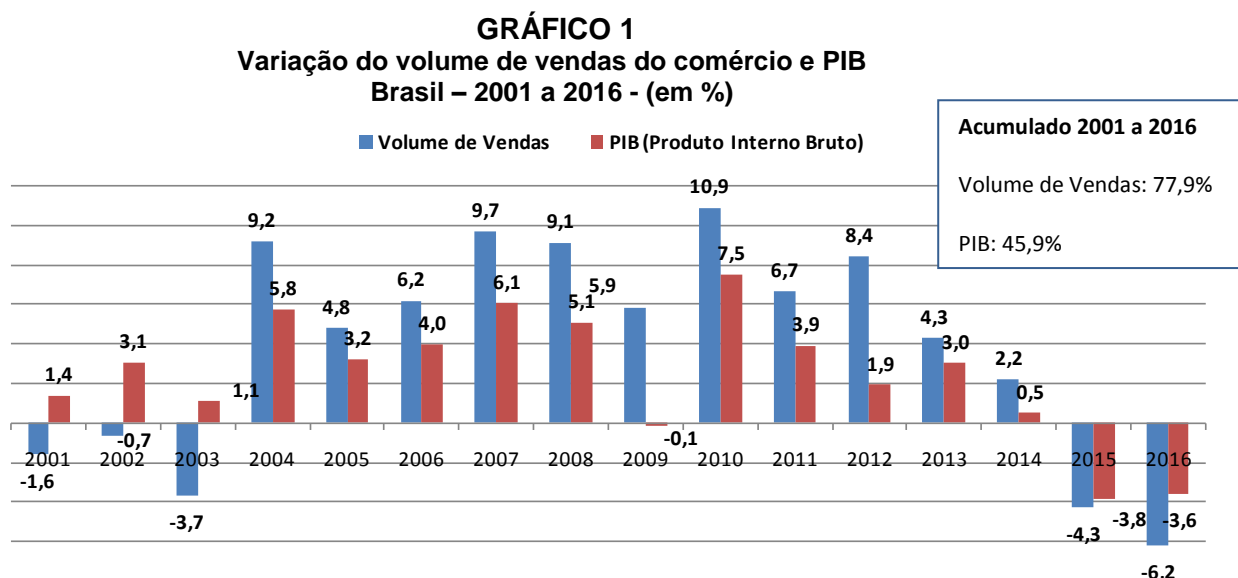
Comércio em 2016: um balanço dos principais indicadores

Com o objetivo de subsidiar os dirigentes sindicais para as negociações salariais, a Rede Comerciários do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) elaborou este breve balanço do setor, com informações sobre o desempenho das vendas, além de dados sobre o mercado de trabalho da categoria comerciária.

A importância do comércio na economia

A relevância e contribuição do comércio para a economia brasileira podem ser vistas através da expressiva força de trabalho do setor, do consumo das famílias, do desempenho das vendas nos últimos anos e da contribuição na composição do Produto Interno Bruto (PIB). O setor do comércio, responde por 12,3% do PIB. Composto por três grandes segmentos (varejo, atacado e veículos), o comércio é um setor que incorpora desde grandes redes nacionais e internacionais até uma imensa quantidade de micro e pequenos estabelecimentos familiares, demandando grande número de trabalhadores. Em 2016, o Brasil contava com 9,3 milhões de comerciários, que correspondiam a 20% dos trabalhadores formais no país. Ficava atrás somente do setor de serviços, que concentra 35,8% dos empregos formais.

O desempenho do segmento varejista, medido pelo indicador de volume de vendas, ficou negativo pelo segundo ano seguido, registrando recuo de -6,2%, em 2016. Em 2015, o volume de vendas havia caído -4,3%. Vale dizer que o setor registrou mais de uma década de taxas positivas e com crescimento acima do PIB (2004 a 2014). Já a receita nominal de vendas teve aumento no período, com variação de 4,5%, em 2016. As variáveis que influenciam o consumo (emprego, renda, crédito, juros e confiança) foram impactadas pelo cenário de instabilidade política e institucional. Além disso, algumas medidas de estímulo ao consumo (incentivos fiscais e linhas de crédito) também foram suspensas. As duas principais determinantes do setor, renda e crédito, foram significativamente afetadas. Em 2016, a despesa de consumo das famílias, componente fundamental do PIB, sob a ótica da demanda, registrou o segundo ano de queda (-4,2%), retração maior que a verificada em 2015 (-3,9%). O comportamento de 2015/2016 é resultado do recuo de -3,5% da massa salarial, em termos reais, e do baixo crescimento de 0,4% (em termos nominais) do saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para as pessoas físicas. Ademais, em 2016, foram eliminados 1,3 milhão de postos de trabalho, resultado da queda do nível de atividade, com impacto direto sobre o desempenho do comércio. O comportamento dos dois últimos anos, no entanto, não oculta o resultado favorável da atividade no período até 2014. Entre 2001 a 2016, o setor cresceu 77,9%, acima do PIB do período (45,9%).

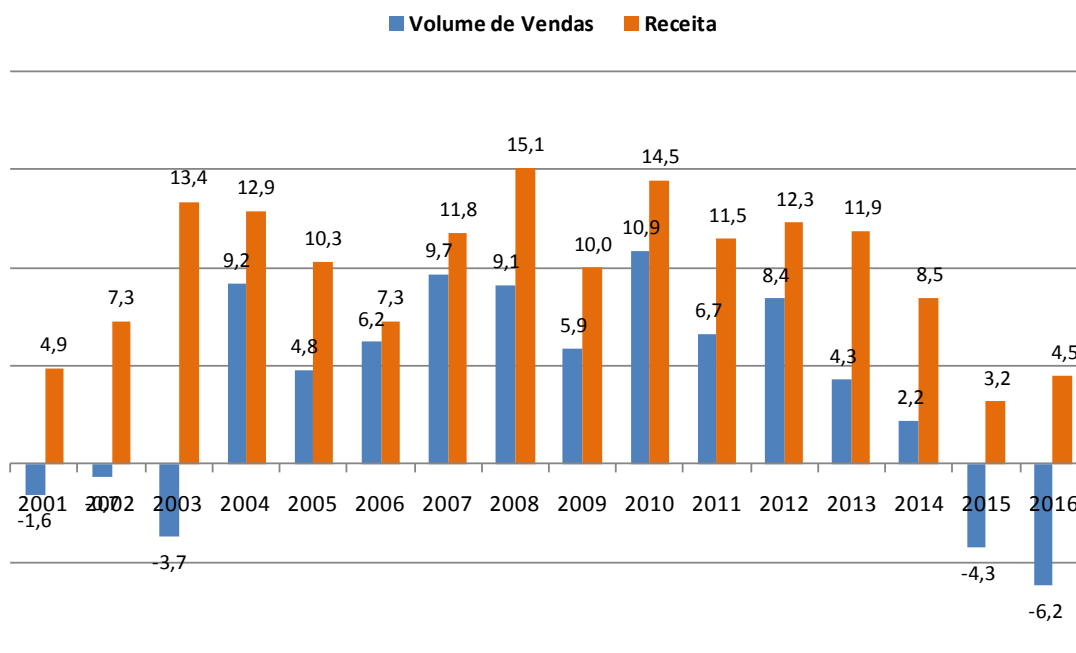


Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio e Contas Nacionais (PMC/IBGE)

Elaboração: DIEESE. Rede Comerciais

Obs.: (a) Crescimento do volume de vendas e do PIB, já descontada a inflação; (b) O indicador de volume de vendas, segundo metodologia da PMC/IBGE, é construído a partir da receita nominal deflacionado por um índice específico a partir da reponderação do IPCA

GRÁFICO 2
Variação do volume e receita nominal de vendas
Brasil – 2001 a 2016 - (em %)



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio e Contas Nacionais (PMC/IBGE)

Elaboração: DIEESE. Rede Comerciantes

Obs.: O indicador de volume de vendas, segundo metodologia da PMC/IBGE, é construído a partir da receita nominal deflacionado por um índice específico a partir da reponderação do IPCA

Desempenho das vendas

Com exceção de Roraima (1,2%), o volume de vendas (índice deflacionado) diminuiu em todas as unidades da Federação. As quedas mais expressivas concentraram-se nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, regiões onde o comércio havia registrado crescimento maior nos últimos anos. Amapá (-18,1%), Pará (-13,1%), Rondônia (-12,3%) e Bahia (-12,1%) registraram os maiores recuos no volume de vendas, como pode ser visto na Tabela 1.

TABELA 1
Variação do volume e da receita nominal de vendas do
comércio por unidade da Federação
Brasil – 2016 - (em %)

	Volume	Receita Nominal
Brasil	-6,2	4,5
Norte		
Rondônia	-12,3	-5,6
Acre	-9,0	0,3
Amazonas	-10,6	-0,6
Roraima	1,2	14,0
Pará	-13,1	-1,8
Amapá	-18,1	-9,9
Tocantins	-8,6	1,1
Nordeste		
Maranhão	-6,8	5,1
Piauí	-8,8	2,7
Ceará	-6,7	5,0
Rio Grande do Norte	-9,1	2,8
Paraíba	-1,7	8,4
Pernambuco	-9,9	0,6
Alagoas	-6,4	4,7
Sergipe	-9,9	0,5
Bahia	-12,1	-2,6
Sudeste		
Minas Gerais	-1,6	9,2
Espírito Santo	-10,6	-0,4
Rio de Janeiro	-8,0	2,4
São Paulo	-4,8	6,2
Sul		
Paraná	-5,2	6,0
Santa Catarina	-5,1	5,6
Rio Grande do Sul	-5,4	6,5
Centro-Oeste		
Mato Grosso do Sul	-6,9	2,8
Mato Grosso	-9,6	0,8
Goiás	-9,3	0,9
Distrito Federal	-10,0	-2,5

Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio e Contas Nacionais (PMC/IBGE)

Elaboração: DIEESE - Rede Comerciantes

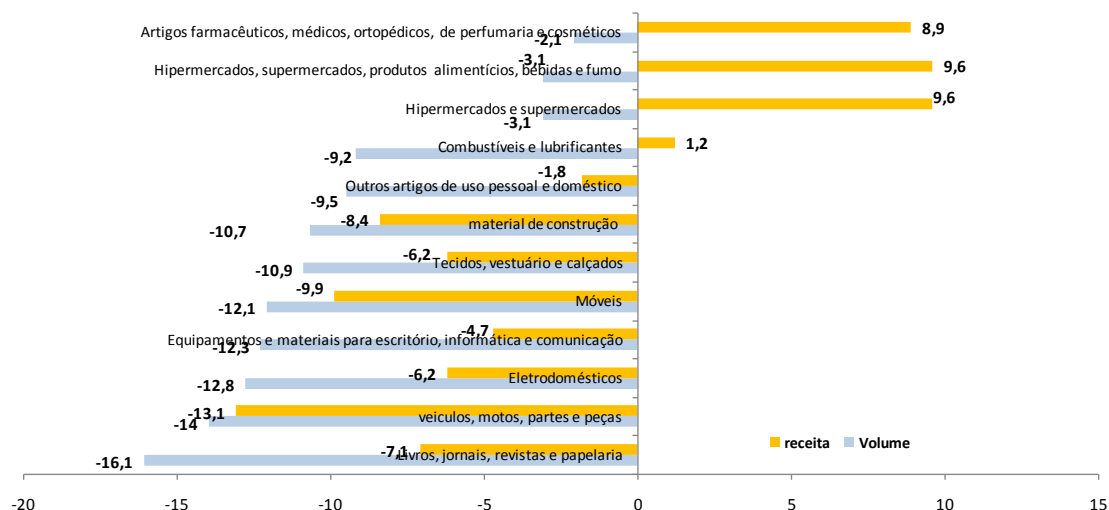
Obs.: O indicador de volume de vendas, segundo metodologia da PMC/IBGE, é construído a partir da receita nominal deflacionado por um índice específico a partir da reponderação do IPCA

Os 12 segmentos do comércio verificados pela pesquisa registraram queda no volume de vendas em 2016. Nessa trajetória de desaceleração, os segmentos mais afetados foram os mais dependentes do crédito¹, como o varejo de veículos, motos,

¹Bancos emprestam menos, fecham agências e mantém lucro líquido deslocado da recessão brasileira: DIEESE. Rede Bancários. **Desempenho dos bancos em 2016**: lucros permanecem elevados, mas bancos promovem intensa reestruturação. São Paulo, abr. 2017, 17 p. (DIEESE, 2017). Disponível em <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2016/desempenhoDosBancos2016.pdf>

partes e peças (-14,0%), eletrodomésticos (-12,8%), equipamentos e materiais de escritório, informática e comunicação (-12,3%) e móveis (-12,1%) - Gráfico 3. O segmento de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, apesar do caráter essencial de uso dos itens, teve o primeiro recuo da série histórica (-21%), iniciada em 2004. Livros, jornais, revistas e papelaria (-16,1%) teve a mais acentuada queda da série histórica. Além da redução da renda real, a trajetória declinante desta atividade vem sendo influenciada, em especial no que tange a jornais e revistas, pela substituição dos produtos impressos por versões eletrônicas.

GRÁFICO 3
Variação do volume e da receita nominal de vendas do comércio por segmento
Comércio varejista – Brasil – 2016 - (em %)



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio

Elaboração: DIEESE - Rede Comerciais

Obs.: O indicador de volume de vendas, segundo metodologia da PMC/IBGE, é construído a partir da receita nominal deflacionado por um índice específico a partir da reponderação do IPCA

O segmento supermercadista

O setor supermercadista, atividade de maior peso no varejo brasileiro, registrou faturamento R\$ 338,7 bilhões, em 2016, crescimento nominal de 7,1% em relação a 2015, de acordo com a Pesquisa Ranking Abras (Associação Brasileira de Supermercados). O resultado registrado em 2016 representa 5,4% do PIB, o que indica que o setor mantém força na economia.

As cinco primeiras empresas no Ranking Abras 2016 faturaram juntas, em 2016, R\$ 137,5 bilhões, cerca de 40% do total de faturamento do setor. Em primeiro no ranking, aparece o Carrefour Comércio Indústria Ltda., com faturamento de R\$ 49,1 bilhões; em segundo lugar ficou o GPA (Grupo Pão de Açúcar), com faturamento de R\$ 44,9 bilhões (sem contabilizar o faturamento da Via Varejo). O Walmart Brasil Ltda. se manteve na terceira posição, com faturamento de R\$ 29,4 bilhões, seguido pelo Cencosud, que registrou em 2016 faturamento de R\$ 9,0 bilhões. Na 5ª colocação do Ranking Abras, antes ocupada pela Cia Zaffari (grupo gaúcho), ficou a rede Irmãos Muffato & Cia Ltda., que ocupava a 6ª colocação em 2015, e teve faturamento de R\$ 5,07 bilhões.

TABELA 2
As 20 maiores no Ranking Abras
Brasil - 2016

Posição no Ranking		SUPERMERCADO	Sede	Faturamento Bruto em 2016 (R\$)	Crescimento Nominal 2016/2015 (%)
2016	2015				
1	2	Carrefour Com Ind Ltda	SP	49.103.325.988	15,0%
2	1	Grupo Pão de Açúcar	SP	44.969.000.000	11,7%
3	3	WalMart Brasil Ltda	SP	29.409.150.946	0,3%
4	4	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE	9.040.000.276	0,2%
5	6	Irmãos Muffato & Cia Ltda	PR	5.078.135.479	24,0%
Total 5 Maiores				137.599.612.689	
6	5	Companhia Zaffari Comércio e Indústria	RS	4.958.000.000	10,0%
7	7	Supermercado BH Comercio de Alimentos Ltda	MG	4.956.052.560	24,7%
8	8	SDB Comércio de Alimentos Ltda	SP	4.840.262.600	24,6%
9	10	Sonda Supermercados Exportação e Importação S/A	SP	3.330.887.048	7,1%
10	11	DMA Distribuidor S/A	MG	3.106.576.000	17,8%
Total 10 maiores				158.791.390.897	
11	12	A Angeloni Cia Ltda	SC	2.523.479.381	5,6%
12	13	Savegnago - Supermercados Ltda	SP	2.501.528.588	18,2%
13	14	Lider Comercio e Industria Ltda	PA	2.439.911.116	22,8%
14	15	Coop - Cooperativa de Consumo	SP	2.125.213.833	7,0%
15	16	Multi Formatado Distribuidor S/A	MG	2.054.252.752	6,0%
16	22	Supermercado Bahamas S/A	MG	2.024.512.373	18,3%
17	21	Companhia Sulamericana de Distribuição	PR	1.986.067.180	15,6%
18	17	AM/PM Comestíveis	RJ	1.968.470.000	8,9%
19	20	Comercial Zaragoza Imp Exp Ltda	SP	1.875.226.643	7,8%
20	23	Supermercado Zona Sul S/A	RJ	1.798.049.550	9,6%
Total 20 maiores				180.088.102.313	

Fonte: Abras (Associação Brasileira de Supermercados) e Supermercado Moderno
Elaboração: DIEESE – Rede Comerciantes

O emprego formal no comércio em 2016

O fraco desempenho das vendas, em 2016, gerou reflexos diretos no emprego da categoria. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, revelam que houve o fechamento de 202 mil vagas no ano passado, resultado de imensa movimentação de trabalhadores com 3.717.763 admissões e 3.920.812 desligamentos. É um dado especialmente

preocupante porque, em 2015, o comércio já havia fechado 246 mil vagas. Apesar do grande volume de desligamentos no comércio, o segmento foi o segundo com menor participação no fechamento de postos no país (15,2%), que liquidou 1,3 milhão de empregos.

TABELA 3
Saldo do emprego por setor econômico
Brasil – 2016

SETORES	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	Participação (%)
Indústria de transformação	2.463.036	2.811.839	-348.803	26,2
Construção Civil	1.509.677	1.872.023	-362.346	27,2
Comércio	3.717.763	3.920.182	-202.419	15,2
Serviços	6.110.555	6.514.808	-404.253	30,3
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	990.531	1.004.982	-14.451	1,1
Total	14.791.562	16.123.834	-1.332.272	100,0

Fonte: MTb. Caged

Elaboração: DIEESE - Rede Comerciais

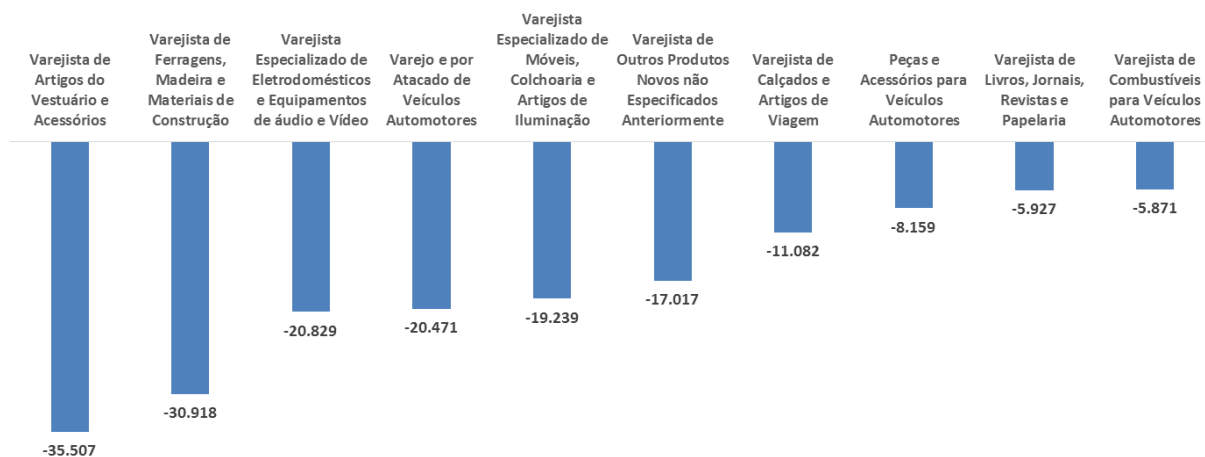
Obs.: Resultados acrescidos das declarações fora de prazo acessadas em 13/03/17

Nesse cenário de queda do consumo, as empresas vêm ajustando os custos com mão de obra, via redução do quadro de pessoal e também rebaixando salários por meio da rotatividade do emprego (salário do admitido no comércio equivaleu a 91,1% do trabalhador desligado).

Geração de empregos por segmento no comércio

Entre os segmentos do comércio, aqueles que mais contribuíram para a eliminação de postos de trabalho em 2016 foram: comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios (-35,5 mil); comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção (-30,9 mil); comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo (-20,8 mil) e; comércio a varejo e por atacado de veículos automotores (-20,4 mil) - Gráfico 4. Todos esses segmentos apresentaram forte retração no volume de vendas durante os dois últimos anos.

GRÁFICO 4
Os 10 segmentos do comércio com saldo negativo de emprego
Brasil – 2016



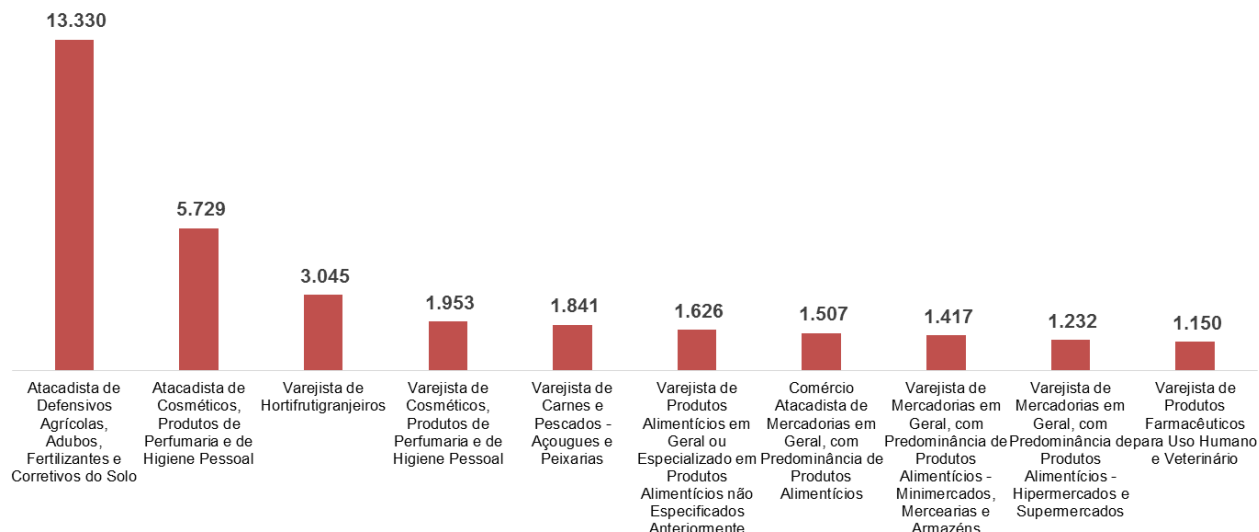
Fonte: MTb. Caged

Elaboração: DIEESE - Rede Comerciairos

Obs.: Resultados acrescidos das declarações fora de prazo acessadas em 14/03/17

Mesmo diante de um cenário econômico muito negativo, alguns segmentos apresentaram saldos positivos, o que mostra a própria complexidade do mercado consumidor brasileiro. Destacaram-se: Atacadista de Defensivos Agrícolas, Adubos, Fertilizantes e Corretivos do Solo (13,3 mil), Atacadista de Cosméticos, Produtos de Perfumaria e de Higiene Pessoal (5,7 mil) e Varejista de Hortifrutigranjeiros (3,0 mil).

GRÁFICO 5
Os 10 segmentos do comércio com maior saldo de empregos
Brasil – 2016



Fonte: Mtb. Caged

Elaboração: DIEESE - Rede Comerciairos

Obs.: Resultados acrescidos das declarações fora de prazo acessadas em 14/03/17

Comportamento do emprego por tamanho do estabelecimento

Com a atuação de grandes grupos multinacionais, até os pequenos comércios locais, o setor é bastante heterogêneo, no que se refere ao tamanho dos estabelecimentos. Neste panorama, um dado muito relevante é que o pequeno comércio (com até quatro empregados), em 2016, foi o único responsável pela geração de postos de trabalho do setor, registrando a abertura de 215 mil vagas. O predomínio do pequeno negócio na geração de empregos é comum em todas as conjunturas, porém, nesse período de crise, como registrado, apenas esse segmento gerou empregos em 2016.

Nos estabelecimentos que possuem a partir de cinco empregados, houve mais dispensas do que contratação, ou seja, o saldo de emprego foi negativo (Tabela 4).

TABELA 4
Número de admitidos, desligados e saldo de empregos no comércio,
segundo tamanho do estabelecimento
Brasil – 2016

Faixa de estabelecimentos	Admitidos	Desligados	SALDO
Até 4 empregados	1.067.356	851.674	215.682
De 5 a 9 empregados	559.908	672.911	-113.003
De 10 a 19 empregados	611.651	714.233	-102.582
De 20 a 49 empregados	599.115	688.407	-89.292
De 50 a 99 empregados	327.612	372.029	-44.417
De 100 a 249 empregados	343.459	378.881	-35.422
De 250 a 499 empregados	133.080	148.677	-15.597
De 500 a 999 empregados	50.204	59.362	-9.158
1000 ou mais	25.378	34.008	-8.630
Total	3.717.763	3.920.182	-202.419

Fonte: MTb. Caged

Elaboração: DIEESE - Rede Comerciantes

Obs.: Resultados acrescidos das declarações fora de prazo acessadas no dia 13/03/2017

As micro e pequenas empresas exercem fundamental importância na economia brasileira em geral e para o comércio, de forma restrita. Além de ser maioria, os estabelecimentos formais do país são responsáveis por contratar mais da metade da mão de obra formal. O dado também demonstra como a rotatividade estrutural do setor - o saldo negativo de empregos que ela gerou no último ano e a consequente redução dos salários, que se intensifica em momentos de queda nas vendas - é estratégia utilizada majoritariamente pelas grandes empresas do comércio.

Rendimento dos admitidos e desligados

Em 2016, o salário médio dos admitidos no comércio aumentou nominalmente 9,4 % em relação ao ano anterior, passando de R\$ 1.114,75 para R\$ 1.219,07.

Ainda conforme dados do Caged², entre janeiro e dezembro 2016, o comércio pagou o segundo menor salário de admissão, R\$ 1.219,07, entre os todos os setores econômicos (Tabela 5).

TABELA 5
Salário médio de admissão por setor econômico
Brasil e Unidades da Federação – 2016 – (em reais)

IBGE Setor	Salário Médio dos Admitidos
1 - Extrativa mineral	R\$ 1.845,08
2 - Indústria de transformação	R\$ 1.422,03
3 - Serviços Industr de Utilidade Pública	R\$ 1.655,03
4 - Construção Civil	R\$ 1.484,52
5 - Comércio	R\$ 1.219,07
6 - Serviços	R\$ 1.425,72
7 - Administração Pública	R\$ 2.009,36
8 - Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	R\$ 1.122,77
Total	R\$ 1.362,97

Fonte: MTb. Caged

Elaboração: DIEESE - Rede Comerciairos

Comportamento do emprego e salários nos estados

Todas as unidades federativas fecharam postos de trabalho no comércio. No Sudeste, foram aferidos os piores resultados: São Paulo (-52.313), Rio de Janeiro (-24.017) e Minas Gerais (-16.858).

No tocante à diferença de remuneração entre os admitidos e os desligados, os estados com remunerações mais distantes entre estes foram: Goiás e Pernambuco, onde os salários dos admitidos corresponderam, respectivamente, a 86,8% e 88,2% dos salários dos demitidos. As menores diferenças salariais foram verificadas em Roraima (100,3%), Paraíba (94,9%) e Sergipe (94,0%) - Tabela 6.

² O Cadastro geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Previdência Social é um registro administrativo de obrigatório preenchimento por parte dos empregadores que contratam ou desligam trabalhadores no regime celetista.

TABELA 6
Saldo e remuneração média dos admitidos e desligados no setor do comércio
Brasil e Unidades da Federação – 2016

Unidades da Federação	Saldo das movimentações (Adm. - Desl.)	Salário Médio		Relação Salário Adm./ Salário Desl. (%)
		Admitidos (Adm.)	Desligados (Desl.)	
Brasil	-202.419	1.219,07	1.338,57	91,1
Norte				
Rondônia	-2.662	1.066,79	1.152,86	92,5
Acre	-1.219	999,85	1.068,91	93,5
Amazonas	-3.332	1.026,43	1.127,08	91,1
Roraima	-412	1.005,18	1.002,37	100,3
Pará	-8.397	1.045,80	1.159,95	90,2
Amapá	-1.138	957,05	1.054,84	90,7
Tocantins	-1.382	1.048,21	1.136,28	92,2
Nordeste				
Maranhão	-2.488	1.032,68	1.145,09	90,2
Piauí	-1.897	1.004,66	1.084,44	92,6
Ceará	-6.888	995,20	1.068,33	93,2
Rio Grande do Norte	-3.753	971,89	1.046,67	92,9
Paraíba	-2.208	1.036,04	1.112,99	93,1
Pernambuco	-11.451	1.055,94	1.197,56	88,2
Alagoas	-3.028	997,96	1.051,72	94,9
Sergipe	-1.576	970,10	1.031,66	94,0
Bahia	-14.532	1.050,41	1.121,31	93,7
Sudeste				
Minas Gerais	-16.858	1.066,84	1.144,57	93,2
Espírito Santo	-7.017	1.119,01	1.220,26	91,7
Rio de Janeiro	-24.017	1.179,24	1.258,77	93,7
São Paulo	-52.313	1.443,46	1.603,09	90,0
Sul				
Paraná	-7.125	1.234,81	1.387,24	89,0
Santa Catarina	-1.591	1.299,98	1.447,81	89,8
Rio Grande do Sul	-5.191	1.180,13	1.307,89	90,2
Centro-Oeste				
Mato Grosso do Sul	-2.067	1.137,35	1.229,53	92,5
Mato Grosso	-5.146	1.119,77	1.220,97	91,7
Goiás	-7.598	1.091,63	1.256,95	86,8
Distrito Federal	-7.133	1.124,65	1.221,42	92,1

Fonte: MTb. Caged

Elaboração: DIEESE - Rede Comerciantes

Obs.: Resultados acrescidos das declarações fora de prazo acessadas no dia 14/03/2017

Jornada de trabalho

O comércio continuou com a maior jornada média semanal de trabalho entre os setores de atividade, em 2016, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo DIEESE e a Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), com apoio do Ministério do Trabalho e Emprego e Fundo de Amparo ao Trabalhador (MTb/FAT) e convênios regionais.

Entre as quatro regiões pesquisadas em 2016, Fortaleza e Porto Alegre registraram os maiores tempos de trabalho semanal (45 horas), seguidas por São Paulo e Salvador, com 44 e 43 horas semanais, respectivamente. Fortaleza já ocupava a primeira posição em 2015, quando a jornada média foi de 46 horas semanais (uma hora a mais do que em 2016). No caso de Porto Alegre, a jornada média permaneceu inalterada em relação a 2015. A região com menor jornada média semanal - foi Salvador, com 43 horas, seguida por São Paulo, com 44 horas. Em ambas, as médias permaneceram inalteradas, em comparação com 2015.

TABELA 7
Jornada média semanal de trabalho dos ocupados
no trabalho principal, segundo setores de atividade econômica
Regiões Metropolitanas – 2015 e 2016 - (em horas semanais)

Setores de atividade e Regiões	Fortaleza		São Paulo		Porto Alegre		Salvador	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Total de Ocupados¹	42	42	41	41	41	42	41	41
Indústria	43	42	41	41	42	42	41	41
Comércio	46	45	44	44	45	45	43	43
Serviços	41	40	40	39	40	40	40	40
Construção Civil	40	40	41	41	40	41	41	42

Fonte: DIEESE/SEADE, MTb/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: 1) Inclui outros setores

Apesar da duração da jornada média ter diminuído ou ficado estável em algumas regiões, em 2016, o comércio continuou a ser o setor com a maior proporção de ocupados que trabalharam mais que a jornada legal de 44 horas semanais, em todas as regiões do país. Em duas das quatro regiões analisadas, mais da metade dos ocupados no comércio trabalhou acima da jornada legal. Em 2016, Fortaleza (55,0%) e Salvador (54,5%) foram as regiões com o maior percentual de trabalhadores com jornada semanal acima do previsto em lei. Ao mesmo tempo, as duas regiões que

contabilizaram as menores proporções foram São Paulo, com 47% (46,5%, em 2015) e Porto Alegre com 48,5% (46,7%, em 2015).

Em 2016, a proporção de ocupados trabalhando acima da jornada legal aumentou nas quatro regiões metropolitanas pesquisadas, em trajetória diferente de outros setores de atividade. Nesses setores, a proporção dos ocupados acima da jornada legal diminuiu entre 2015 e 2016, exceto na construção civil na Região Metropolitana de Salvador, onde foi de 38,8% para 40,1%. Isso corrobora a ideia de que o ajuste produzido no quadro funcional das empresas, principalmente das grandes, está se consolidando em aumento da exploração dos trabalhadores que se mantém empregados também pela extensão da jornada de trabalho.

TABELA 8
Proporção de ocupados que trabalham mais que a jornada legal,
segundo setores de atividade econômica
Regiões Metropolitanas – 2015 e 2016 - (em %)

Setores de atividade e Regiões	Fortaleza		São Paulo		Porto Alegre		Salvador	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Total de Ocupados¹	38,7	38,3	28,3	28,2	27,5	26,9	36,6	36,7
Indústria	36,8	34,0	17,1	16,8	21,6	18,2	29,8	32,6
Comércio	52,2	55,0	46,5	47,0	46,7	48,5	52,5	54,5
Serviços	34,2	33,6	25,8	25,6	23,3	22,8	32,5	31,5
Construção Civil	29,3	26,1	28,3	26,8	23,2	20,3	38,8	40,1

Fonte: DIEESE/Seade, MTPS/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: 1) Inclui outros setores

Obs.: Exclusive os Ocupados que não trabalharam na semana

Comparando as jornadas médias semanais de trabalhadas ocupados no comércio, com e sem carteira de trabalho assinada, verifica-se que os ocupados com carteira continuaram a cumprir a maior jornada em 2016, assim como ocorreu nos anos anteriores. As duas regiões com as maiores diferenças entre as jornadas médias semanais dos ocupados com e sem carteira assinada, em 2016, foram Salvador e Porto Alegre. Nessas capitais, os trabalhadores com carteira assinada trabalharam, em média, 45 horas semanais, e os sem carteira, 40 horas. Por outro lado, Fortaleza e São Paulo registraram diferenças de duas horas entre as jornadas médias semanais dos ocupados com e sem carteira de trabalho assinada, em 2016. Essa foi a menor diferença encontrada. Em Fortaleza, os ocupados com registro trabalharam 45 horas semanais, enquanto os sem carteira assinada tiveram jornada de 43 horas. Em São Paulo, não houve alterações nas jornadas médias em comparação com 2015: os

ocupados com registro trabalharam 44 horas e os sem carteira assinada trabalharam 42 horas por semana.

Ainda na comparação com 2015, ao se considerar o tempo de trabalho médio semanal dos ocupados com carteira de trabalho assinada, nota-se que, das quatro áreas metropolitanas pesquisadas, em 2016, houve redução da jornada em Fortaleza, onde o tempo de trabalho passou de 46 para 45 horas, e aumento da jornada em Salvador, de 44 para 45 horas semanais. Nas demais regiões, não houve alterações. Também o tempo de trabalho do total de ocupados ficou estável.

No que diz respeito à jornada média semanal dos ocupados sem carteira de trabalho assinada, a comparação entre 2015 e 2016 revela que, em três regiões metropolitanas, houve alterações na jornada, comportamento parecido com o registrado em 2015. Houve queda de três horas em Porto Alegre, que passou de 43 para 40 horas semanais, e de duas horas em Fortaleza, de 45 para 43 horas. Na região metropolitana de Salvador, a jornada dos ocupados sem carteira no comércio apresentou aumento de uma hora. Foi de 39 para 40 horas. Em São Paulo, a jornada média semanal foi de 42 horas, em 2015 e 2016.

TABELA 9
Jornada média semanal do total de ocupados e dos ocupados no comércio,
segundo posição na ocupação
Regiões Metropolitanas – 2015 e 2016 - (em horas semanais)

Posição na ocupação e Regiões	Fortaleza		São Paulo		Porto Alegre		Salvador	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Total de Ocupados	42	42	41	41	41	42	41	41
Ocupados no Comércio (1)	46	45	44	44	45	45	43	43
Assalariados no setor privado	46	45	44	44	44	44	44	44
Com carteira	46	45	44	44	44	45	45	45
Sem carteira	45	43	42	42	43	40	39	40
Autônomos para empresa	38	38	37	36	36	37	(3)	(3)
Outros (2)	47	47	47	45	49	49	41	41

Fonte: DIEESE/SEADE, MTPS/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Notas: 1) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar; 2) Inclui: autônomo para o público, empregador, dono de negócio familiar, trabalhador familiar e outras posições na ocupação; 3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Em 2016, verifica-se que a proporção de ocupados que trabalharam mais do que a jornada legal de 44 horas semanais no comércio permaneceu maior entre os

ocupados com carteira assinada. Isso indica que as grandes empresas do setor, aquelas que concentram maior volume de trabalhadores formais, são as que estão recorrendo com mais intensidade à prática de ampliação das jornadas de trabalho. Destaca-se ainda que, em Salvador e Fortaleza as proporções de ocupados com carteira assinada que trabalharam acima da jornada legal de 44 horas semanais ficaram acima de 50%: Salvador com 58,2% e Fortaleza com 54,1%.

Quando se compara 2015 com 2016, observa-se que a proporção de comerciários ocupados sem carteira assinada trabalhando acima de 44 horas semanais, aumentou nas regiões metropolitanas de Salvador e São Paulo: de 42,1% para 47% e de 40,3% para 40,4%, respectivamente. As demais regiões tiveram queda na proporção de comerciários sem carteira assinada com jornada acima de 44 horas semanais. Na RM Porto Alegre, houve a maior queda: de 38,3%, em 2015, para 35,2%, em 2016. No caso de Fortaleza a queda foi mais moderada, de 50,9% para 50%. Destaca-se que, entre 2015 e 2016, todas as regiões metropolitanas apresentaram aumento na proporção de ocupados no comércio com jornada acima da legal, enquanto houve redução em outros setores de atividade.

TABELA 10
Proporção de ocupados no comércio que trabalharam
acima de 44 horas semanais, segundo posição na ocupação
Regiões Metropolitanas – 2015 e 2016 – (em %)

Posição na ocupação e Regiões	Fortaleza		São Paulo		Porto Alegre		Salvador	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Ocupados no Comércio (1)	52,2	55,0	46,5	47,0	46,7	48,5	52,5	54,5
Assalariados no setor privado	53,5	53,4	43,4	44,4	43,0	44,9	53,9	56,6
Com carteira	54,1	54,1	44,0	45,2	43,4	45,9	56,1	58,2
Sem carteira	50,9	50,0	40,3	40,4	38,3	35,2	42,1	47,0
Autônomos para empresa	(3)	(3)	30,4	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
Outros (2)	52,2	59,1	58,5	57,5	61,8	62,3	50,1	52,0

Fonte: DIEESE/SEADE, MTPS/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: 1) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar; 2) Inclui autônomo para o público, empregador, dono de negócio familiar, trabalhador familiar e outras posições na ocupação; 3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

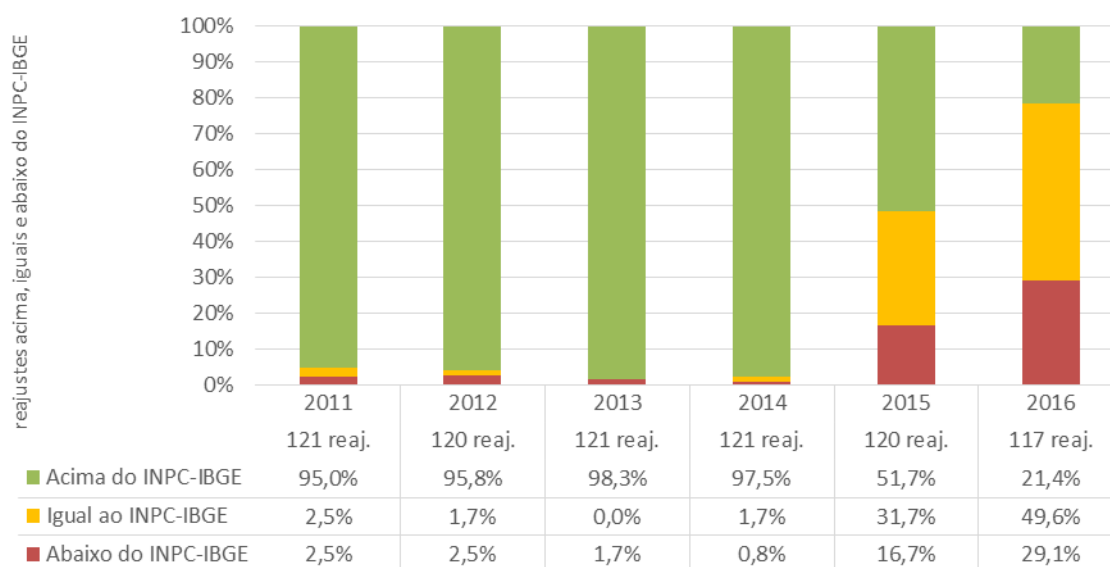
Negociações salariais

Em 2016, quase metade (49,6%) das negociações no comércio conseguiu repor ao menos a inflação na data-base. De acordo com levantamento do Sistema de Acompanhamento de Salários do DIEESE (SAS), 21,4% das negociações acompanhadas apresentaram ganho real, ou seja, aumentos de salários acima da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE), - Gráfico 6. Em comparação com os demais setores econômicos, essa proporção ficou acima das verificadas na indústria (16,9%) e no setor de serviços (20,6%).

Diferentemente do que vinha acontecendo em anos anteriores, pelo menos até 2014, em 2016 aumentou significativamente a proporção de reajustes abaixo da inflação mensurada pelo INPC-IBGE. Em 2011, apenas 2,5% das negociações analisadas no comércio registraram perdas salariais, percentual que chegou a 0,8% em 2014. Em 2015, este percentual subiu para 16,7% e, em 2016, saltou para 29,1%.

Quanto à remuneração indireta, poucos comerciários contam com benefícios como tíquete refeição/alimentação, plano de saúde ou auxílio-creche. Com o agravamento da crise econômica, a conquista desses benefícios torna-se ainda mais difícil. A categoria recebe baixos salários, tem jornadas extensas e poucos benefícios. A remuneração no setor é volátil, como é o caso dos comissionistas, que podem ter salários aumentados ou diminuídos a depender do desempenho das vendas.

GRÁFICO 6
Distribuição dos reajustes salariais no comércio em comparação com INPC
Brasil - 2011-2016 – (em %)



Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Salários – SAS

No contexto de inflação mais alta, de grave recessão e recuo nas vendas, o número de as negociações que conseguiu aumento real diminuiu em 2016. Enquanto entre 2010 e 2014, os aumentos reais médios ficaram entre 1,43% e 1,95%, entre 2015-2016, o aumento real médio ficou próximo de zero: entre 0,33% e 0,29%, conforme Tabela 11. Ou seja, na prática foram arredondamentos nos valores nominais.

TABELA 11
Distribuição dos aumentos reais no comércio, por ano⁽¹⁾
2010-2016 – (em %)

	(em %)						
Aumento real	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Maior	4,54%	3,59%	3,87%	3,36%	2,61%	1,90%	0,90%
Menor	0,01%	0,09%	0,04%	0,02%	0,14%	0,02%	0,01%
Médio	1,59%	1,47%	1,95%	1,43%	1,48%	0,33%	0,29%

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Salários – SAS

Elaboração: DIEESE – Rede Comerciantes

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontando a INPC-IBGE entre as datas-base de cada unidade de negociação

Obs.: Os valores dos menores aumentos reais correspondem ao primeiro valor acima do INPC-IBGE

Outro indicador das dificuldades encontradas nas mesas de negociação no último ano foi o aumento do parcelamento dos reajustes salariais. Em 2016, cerca de 10% dos reajustes foram aplicados de forma parcelada, maior percentual já verificado desde 2011, quando o levantamento começou a ser realizado (ver Tabela 12).

TABELA 12
Parcelamento dos reajustes salariais no comércio
Brasil - 2011-2016 – (em %)

Parcelas	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pagamento em uma vez	99,2%	96,7%	99,2%	99,2%	93,3%	89,7%
Pagamento parcelado	0,8%	3,3%	0,8%	0,8%	6,7%	10,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Salários – SAS

Elaboração: DIEESE

O patamar inflacionário, o nível de atividade econômica e o nível de emprego são fatores importantes para o sucesso de uma campanha salarial. Outros fatores, como a força da organização sindical e a capacidade de mobilização dos trabalhadores, não podem ser ignorados. Embora não seja possível determinar o peso de cada um dos fatores no resultado das negociações coletivas nem se possa afirmar

que eles influenciem da mesma forma cada uma das negociações consideradas, deve-se reconhecer que eles tiveram interferência para o desempenho menos favorável dos reajustes salariais em 2016.

Num contexto de inflação em queda, espera-se que os resultados de 2017 sejam mais favoráveis, ao menos no que diz respeito aos reajustes e aos pisos salariais. Por outro lado, a continuidade da recessão contribui para rebaixar os percentuais de reajustes.

Quando comparados, a variação do volume de vendas e o ganho real médio dos salários dos comerciários de 2008 a 2016, nota-se clara vantagem das vendas em relação aos salários. Enquanto as vendas aumentaram 41,6% no período, os salários cresceram 11,0%, diferença de 27,6% (Tabela 13).

TABELA 13
Variação do Volume de Vendas e Ganho real médio dos Comerciários
Brasil – 2008 a 2016 - (em %)

	Variação Volume de Vendas	Ganho Real Médio Comerciários
2008	9,1	0,89
2009	5,9	1,10
2010	10,9	1,59
2011	6,7	1,47
2012	8,4	1,95
2013	4,3	1,43
2014	2,2	1,48
2015	-4,3	0,33
2016	-6,3	0,29
Acumulado 2008 a 2016	41,6	11,0
Diferença das vendas em relação ao salários		27,6

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS); IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio (PMC)

Elaboração: DIEESE – Rede Comerciários

Obs.: O indicador de volume de vendas, segundo metodologia da PMC/IBGE, é construído a partir da receita nominal deflacionado por um índice específico a partir da reponderação do IPCA. O ganho real médio foi extraído do Balanço das Negociações Salariais SAS/DIEESE no setor do Comércio

Considerações finais

A análise do desempenho das vendas revelou retração pelo segundo ano consecutivo, depois de longa trajetória de resultados positivos. Essa desaceleração, no entanto, não oculta os ganhos expressivos do setor nos últimos anos. Não

obstante, tais ganhos não repercutiram em melhorias nas condições de trabalho da categoria, ou mesmo nos níveis salariais, que apresentaram ganhos extremamente modestos 2014.

Como nos anos anteriores, a jornada de trabalho do comércio foi maior em comparação com outros setores econômicos. Os rendimentos dos trabalhadores continuam baixos, a rotatividade é alta e o desemprego aumenta. Desafios históricos e estruturais permanecem, como os citados acima, além da informalidade do trabalho.

A atual política econômica não resolverá nenhum dos problemas estruturais brasileiros, além de estar agravando dramaticamente o quadro recessivo. O país precisa retomar o crescimento com urgência. Para isso, é imprescindível a retomada do investimento e do consumo. O plano de ajuste fiscal atingiu a renda e os direitos justamente da população de menor renda, parcela que contribuiu muito com o crescimento do comércio nos últimos anos. É urgente restabelecer a confiança no desenvolvimento e nas perspectivas de retomada do crescimento e de ampliação do mercado consumidor. Entretanto, com as atuais medidas aprovadas, ou em via de serem aprovadas no Congresso Nacional, como as reformas da previdência e trabalhista, o que se espera é justamente o contrário, isto é, maiores retrações no consumo e nos investimentos.

Nos últimos anos, até 2013/2014, no Brasil, nada foi mais importante que a ampliação do mercado interno, via aumento do emprego, dos salários e melhoria da distribuição de renda. Foi esse poderoso mercado interno que permitiu a ampliação das vendas e o crescimento do comércio em todo o país. O setor apresentou taxas de crescimento acima da média nacional sobre tudo nas regiões mais carentes, alavancadas pela elevação da renda dos mais pobres.

É fundamental que a renda advenha do trabalho e da produção e não do mercado financeiro por meio das elevadas taxas de juros, para o crescimento com desenvolvimento socioeconômico. Exatamente por esse motivo, a geração de emprego e de renda deve estar no centro da política econômica. A expansão do emprego e a ampliação do nível de renda das famílias podem abreviar o atual período recessivo e manter os níveis de consumo.

Rua Aurora, 957 – Centro – São Paulo/SP
012009-001
Fone: (11) 3874-5366 – Fax: (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
<http://www.dieese.org.br>

Direção Sindical Executiva

Presidente: Luis Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região – SP

Vice-presidente: Raquel Kacelnikas

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região – SP

Secretário Nacional: Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP

Diretor Executivo: Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretor Executivo: Carlos Donizeti França de Oliveira

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo – SP

Diretora Executiva: Cibele Granito Santana

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas – SP

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel – SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul – RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco – PE

Diretor Executivo: Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba – PR

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia – BA

Diretora Executiva: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Diretor Técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora de Pesquisas e Tecnologia: Patrícia Pelatieri

Coordenador de Educação e Comunicação: Fausto Augusto Junior

Coordenador de Relações Sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenadora de Estudos em Políticas Públicas: Angela Schwengber

Coordenadora Administrativa e Financeira: Rosana de Freitas

Equipe Técnica Responsável

Adalberto Silva

Carolina Gagliano

Daniela Sandi

Diego Romano

Fabiana Campelo

Maurício Mulinari

José Álvaro de Lima Cardoso (crítica e revisão técnica)